CAMPO VERDE — COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRO-PECUÁRIA,

S.C.A.R.L..

Constituição de Associação Nº SN/1979 de 21 de Fevereiro

TITULO DE CONSTITUIÇÃO E ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA QUE REVESTIRÁ A FORMA DE SOCIEDADE COOPERATIVA AGRÍCOLA ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA E QUE ADOPTARÁ A DENOMINAÇÃO DE <CAMPO VERDE. — COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRO-PECUÁRIA SEGUIDA DAS PALAVRAS. SOCIEDADE COOPERATIVA ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, OU DAS INICIAIS «S.C.A.R.L. SEDE E ESTABELECIMENTO PRINCIPAL —CIDADE DA HORTA FICANDO A SUA ÁREA LIMITADA AO CONCELHO DA HORTA; ILHA DO FAIAL.

No ano de mil novecentos e setenta e oito aos trinta dias do mês de Novembro, no Cartório Notarial da Horta, na presença da notária efectiva Wanda Maria Coutinho Morais Silva, e das testemunhas José Alberto da Rosa, casado, cobrador, de trinta e um anos de idade, natural da freguesia de Castelo Branco, onde reside na Carreira; — Eduvíges Bulcão Duarte, casado, comerciante, de cinquenta e seis anos de idade, natural da freguesia dos Flamengos, deste concelho, onde reside na Travessa do Arrife, número doze, compareceram os agricultores residentes nesta Ilha do Faial: — António Augusto da Rosa, casado, de trinta e oito anos de idade, residente na Ribeira de Santa Catarina, número cento e dezassete freguesia de Castelo Branco, de onde é natural; — Manuel Eduardo Vieira Soares, casado de vinte e nove anos de idade, natural da freguesia da Calheta de Nesquim, concelho das Lajes do Pico, residente na Rua da Praça, número cinquenta e quatro, freguesia dos Flamengos; — Herberto Maciel da Silveira Rodrigues, casado, de vinte e dois anos de idade, natural da freguesia de Castelo Branco, deste concelho, onde reside, no Rosto Alto; — António Avelino Correia, casado, de sessenta anos de idade, natural da dita freguesia de Castelo Branco, onde reside na Ribeira da Lombega número duzentos e cinquenta e oito; — José Humberto Ferreira, casado, de trinta e seis anos de idade, natural da freguesia de Castelo Branco, onde reside na Rua da Igreja número cento e quarenta e nove;

— Manuel Augusto Ferreira, casado, de cinquenta e seis anos de idade, natural da mesma freguesia de Castelo Branco, onde reside, na Ladeira da Igreja, número cento e trinta e dois; — António Cândido Escobar, casado, de trinta e sete anos de idade, natural da freguesia dos Flamengos, deste concelho, onde reside na Rua Nova, número trinta; — Mário da Silveira Rodrigues, casado, de cinquenta e dois anos de idade, natural da referida freguesia de Castelo Branco, onde reside, no Rosto Alto;

— Manuel Vieira Soares júnior, casado, de sessenta e um anos de idade, natural da Calheta, Nesquim, concelho das Lajes do Pico, residente na Rua Doutor Neves, número dois, freguesia da Matriz, desta cidade; — e Manuel Dutra Caldeira, casado, de cinquenta e quatro anos de idade, natural da referida freguesia de Castelo Branco, onde reside no Rosto Alto, número duzentos e cinquenta e três, explorando a terra directa e efectivamente, a fim de lavrarem o presente título de constituição da Associação Agrícola que revestirá a forma de Sociedade Cooperativa Agrícola de Responsabilidade Limitada e que adoptará a denominação de «Campo Verde — Cooperativa de Produção e Comercialização Agro-Pecuária», seguida das palavras Sociedade Cooperativa Anónima de Responsabilidade limitada, ou das iniciais «S.C.A.R.L. — Sede e estabelecimento principal

—Cidade da Horta, ficando a sua área limitada ao conselho da Horta, Ilha do Faial, que entre si resolverá organizar, em conformidade com as leis vigentes e que se regerá também pelos seguintes estatutos:

ESTATUTOS

CAPÍTULO PRIMEIRO

Da constituição, denominação, sede, circunscrição e fins da cooperativa

ARTIGO PRIMEIRO - Entre os agricultores abaixo assinados e os que aderirem aos presentes estatutos é constituída, nos termos dos decretos números quatro mil e vinte e dois e cinco mil duzentos e dezanove, do decreto-lei número quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e seis, respectivamente de vinte nove de —Março de mil novecentos e dezoito, de oito de Janeiro de mil novecentos e dezanove e de onze de Agosto de mil novecentos e sessenta e um, e dos presentes estatutos, uma Associação Agrícola que revestirá a forma de Sociedade Cooperativa Agrícola Anónima de Responsabilidade Limitada e que adoptará a denominação de «CAMPO VERDE — Cooperativa de Produção e Comercialização Agro-Pecuária» seguida das palavras “Sociedade Cooperativa Anónima de Responsabilidade Limitada», ou das iniciais «S.C.A.R.L.».

ARTIGO SEGUNDO — Esta Cooperativa será de duração indeterminada, terá a sua sede e principal estabelecimento em Horta e sua circunscção, ficará limitada à área do Concelho da Horta, ilha circunscção, ficará limitada à área do Concelho da Horta, ilha do Faial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A cooperativa obriga-se a aceitar a alteração da sua área social na medida em que superiormente for julgado necessário.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Será ilimitado o numero dos seus associados, mas nunca inferior a dez.

ARTIGO TERCEIRO — Esta associação tem individualidade jurídica, podendo exercer todos os direitos relativos aos seus interesses legítimos, demandar e ser demandada e gozar das isenções fiscais e tributárias concedidas pelas leis.

ARTIGO QUARTO — Esta associação é uma cooperativa de compra, produção, transformação e venda, e tem por fim principal o aproveitamento, valorização e colocação dos produtos provenientes da exploração agrícola e pecuária dos associados. Propõe-se, em especial:

PRIMEIRO - Explorar, em conjuntos de dimensões adequadas e conveniente organização de trabalho, as culturas tradicionais da Região ou outras que sejam de interesse técnico-económico, e o gado, que corresponda ao possível efectivo total dos terrenos inscritos;

SEGUNDO — Promover a colocação nos mercados de consumo de todos os produtos provenientes das explorações agrícolas, pecuárias e florestais dos associados, de modo a obter a sua máxima valorização e maior rendimento económico;

TERCEIRO — Adquirir ou facilitar a aquisição de sementes, plantas, animais e produtos seleccionados, com garantia de origem e qualidade, necessárias à explorações agrícolas, pecuárias e florestais dos seus associados;

QUARTO - Adquirir, para levar aos seus sócios, máquinas e alfaias agrícolas;

QUINTO — Adquirir, para fornecer aos associados, adubos, insecticidas, fungicidas e tudo o mais que directa ou indirectamente tenha aplicação nas suas explorações:

SEXTO - Estabelecer oficinas e tecnológicas de transformação — e de quaisquer produtos agrícolas, pecuários ou florestais;

SÉTIMO — Requerer subvenções, empréstimos, auxílios, isenções e mais benefícios que às COOPERATIVAS AGRÍCOLAS sejam concedidos por disposições legais e todos aqueles que possa alcançar para o legítimo fim para que foi instituída.

OITAVO — Contribuir para o fomento técnico e económico da mesma exploração e para a defesa dos interesses dos seus associados, designadamente pelos meios seguintes:

Alínea a) — Promovendo em colaboração com os organismos oficiais, de coordenação económica a instrução adequada aos indivíduos que exerçam a exploração agrícola e pecuária estabelecendo bibliotecas organizando conferências, etc.;

Alínea b) — Auxiliando, em íntima colaboração, os mesmos organismos a proceder a ensaios sob adaptação das diferentes culturas e raças zootécnicas, métodos culturais e de tratamento e alimentação do gado, máquinas e instrumentos aperfeiçoados e quaisquer outros meios tendentes a facilitar o trabalho, reduzir o preço de custo e aumentar a produção;

Alínea c) — Orientando os associados na escolha das culturas e do tipo de exploração mais adequado às necessidades dos mercados de consumo;

Alínea d) - Utilizando as vantagens da instalação e organização da cooperativa para os vários serviços relacionados com as explorações agrícolas e pecuárias dos seus associados, bem — como para a compra dos produtos e utensílios que interessem às mesmas ou aos seus estabelecimentos tecnológicos;

Alínea e) — Uniformizando, industrializando e classificando os produtos dos associados, com o objectivo do aperfeiçoamento técnico da produção, especialização e valorização comercial dos produtos;

Alínea f) — Mantendo, dentro das possibilidades, oficinas armazéns e estabelecimentos para preparação, industrialização, acondicionamento, selecção, classificação e venda dos produtos dos associados e preparação e reparação das suas próprias instalações, maquinismos e material, com o fim de realizar o seu maior aproveitamento e valorização;

Alínea g) - Promovendo o transporte, em comum, dos produtos dos seus associados, de forma a obter a maior economia com a sua colocação de determinadas quantidades e qualidades dos diversos produtos dos seus associados;

Alínea i) — Contraindo empréstimos quer na banca, quer nos organismos oficiais de crédito, quer ainda nos organismos de coordenação económica, para aplicar em obras de interesse colectivo e preenchimento dos fins a que se refere este artigo;

Alínea j) — Concorrendo por todo os meios ao seu alcance, e dentro das respectivas atribuições estatutárias, para o progresso e aperfeiçoamento da agricultura em geral e da exploração agrícola e pecuária em particular.

PARÁGRAFO ÚNICO — Para a realização, dos seus fins, pode a cooperativa:

PRIMEIRO - Adquirir, construir, apropriar ou arrendar os edifícios e outras dependências necessárias para à sua sede, instalações tecnológicas, oficinas e armazéns;

SEGUNDO — Adquirir ou arrendar os terrenos indispensáveis para as suas experiências e viveiros;

TERCEIRO — Adquirir animais, plantas, máquinas, veículos, material, acessórios e sobresselentes que lhe sejam necessários;

QUARTO — Instalar agências, sucursais ou delegações nos locais que considere vantajosos para o desempenho das suas funções, competindo à assembleia geral definir às suas atribuições;

QUINTO — Federar-se com outras cooperativas similares nacionais;

SEXTO - Inscrever-se como sócio da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo existente, ou a criar, no concelho da sua sede.

CAPÍTULO SEGUNDO

DOS ASSOCIADOS

ARTIGO QUINTO — Podem ser associados desta cooperativa todos agricultores individuais — pessoas maiores ou emancipadas dum ou de outro sexo, os menores devidamente autorizados por seus pais ou tutores e os agricultores colectivos — sociedades ou associações legalmente constituídas — que:

Alínea a) — Directa e efectivamente exerçam a exploração agrícola e pecuária, na área da circunscrição da associação quer como proprietários, quer como rendeiros.

Alínea b) — Sejam solventes e honestos;

Alínea c) — Tenham subscrito no acto da admissão o número mínimo de acções fixadas no regulamento interno, em harmonia com a utilização dos seus serviços e adquirido os respectivos estatutos;

Alínea d) — Não possuam industria relacionada com os produtos comprados ou vendidos pelas secções, cujos serviços utilize da cooperativa, dentro da sua área de acção, nem sejam negociantes dos mesmos produtos, quer em nome próprio, quer através de sociedade de que, por si, ou por interposta pessoa, façam parte.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os associados que temporariamente deixarem de exercer a exploração a que se refere a alínea a), na área da acção da cooperativa, ficam obrigados a comunicar este facto à direcção dentro do prazo de oito dias.

ARTIGO SEXTO — Haverá três classes de associados: honorários, fundadores e ordinários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — São considerados honorários os indivíduos que tendo prestado apreciáveis serviços à cooperativa forem galardoados pela assembleia geral com essa distinção.

PARÁGRAFO SEGUNDO — São fundadores os que subscreverem os presentes estatutos.

PARÁGRAFO TERCEIRO — São ordinários os que subscreverem pelo menos o número de acções de cooperativa fixado na alínea c) do artigo quinto e declararam acatar as disposições destes estatutos, aceitando as obrigações e responsabilidades neles consignadas.

PARÁGRAFO QUARTO — Os associados fundadores são para todos os efeitos, considerados ordinários.

ARTIGO SÉTIMO — Os agricultores que se proponham ser associados, farão o pedido por escrito à direcção da cooperativa, devendo esta proposta ser também assinada por dois associados abonadores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A proposta de admissão será fornecida pela Secretaria da cooperativa e deverá conter, além da qualidade de associado (proprietário, etc.), produções médias anuais, número de acções que subscreve e serviços da cooperativa que deseja utilizar, mais os seguintes elementos: nome, idade, estado, nacionalidade e residência habitual, para os associados individuais e: denominação, sede social, data de aprovação dos estatutos e das alterações ou reformas, quando se trate de associados colectivos (sociedades ou associações legalmente constituídas).

PARÁGRAFO SEGUNDO — Quando o candidato a associado não souber escrever, será o seu pedido de admissão feito e assinado por outrem, a seu cargo, na presença dos associado. abonadores, que servirão de testemunhas, e de dois directores da cooperativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Ao pedido de admissão terão de juntar-se quaisquer outros documentos que a direcção julgue necessários para a sua completa instrução e garantia.

ARTIGO OITAVO — A admissão será resolvida na primeira reunião ordinária da direcção que se seguirá à entrega do respectivo pedido, e a deliberação tomada será comunicada a esse logo, por escrito, ao interessado.

PARÁGRAFO ÚNICO — Da deliberação que indeferir o pedido podem os associados abonadores, recorrer dentro de oito dias para a assembleia geral cuja convocação extraordinária será pedida ao respectivo presidente, que a ordenará no mais curto prazo, e poderá determinar, sob proposta da direcção que a sessão seja secreta.

ARTIGO NONO — O candidato a associado que obtiver resolução favorável à sua admissão, será desde logo inscrito e entra imediatamente no gozo dos seus direitos desde que tenha satisfeito o disposto na alínea c) do artigo quinto e pago a sua subscrição de capital.

ARTIGO DÉCIMO — A inscrição de associados far-se-á em livro especial (registo de associados), sempre patente na sede da cooperativa, donde constará com referência a cada associado, além da declaração constante do pedido de admissão:

Alínea a) — Nome, idade, estado, profissão e domicílio para os associados individuais e denominação, sede social, circunscrição e data do alvará de aprovação dos estatutos e das suas alterações ou reformas, quando se trate de associados colectivos (sociedade ou associações legalmente constituídas);

Alínea b) - Data de admissão e datas e motivos das penalidades, exoneração ou exclusão;

Alínea c) — Relação das acções que lhe estão averbadas, alterações para mais ou para menos do número destas e conta corrente das quantias entregues ou retiradas por cada associado para efeito de pagamento, por conta do capital subscrito ou para o seu reembolso;

Alínea d) - Declaração expressa de que tem pleno conhecimento dos estatutos e que dá inteira anuência às suas disposições as quais se obriga a cumprir e acatar rigorosamente (esta declaração, quando se tratar de associados individuais, será assinada pelos inscritos ou por outrem a seu rogo, se não souberem escrever, e quando se tratar de um associado colectivo (sociedade ou associação legalmente constituída) será assinada pela respectiva direcção, com menção da autorização que para tal lhe der legitimidade; em qualquer dos casos, será igualmente assinada pelos dois associados abonadores que servirão de testemunhas e pelos directores presentes);

Alínea e) — Quaisquer elementos que possam ser úteis à cooperativa.

PARÁGRAFO ÚNICO — As propostas e mais documentos referentes aos associados serão anotados e arquivados com relação ao número do seu registo.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO — Perde-se a qualidade de associado por exclusão, demissão ou falecimento.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO — Será excluído da cooperativa o associado que:

PRIMEIRO — Deixar de, directa e efectivamente, exercer a exploração agrícola e pecuária, na área de acção da cooperativa, por prazo superior a um ano, contado da comunicação ordenada no parágrafo único do artigo quinto;

SEGUNDO — Passar, dentro da área de acção da cooperativa, a explorar industria relacionada com os produtos comprados ou vendidos pelas secções da cooperativa, quer em nome próprio quer em sociedade, que se dedique ao mesmo ramo.

TERCEIRO - Comprar os artigos necessários à sua exploração agrícola e pecuária ou vender os produtos das mesmas explorações de cuja compra ou venda se encarregue a cooperativa, sem ser por seu intermédio ou sem o seu consentimento.

QUARTO — Reservar para si maior quantidade dos mesmos produtos do que a necessária ao consumo da sua casa agrícola.

QUINTO — Se recusar a cumprir as suas obrigações de associado sem os motivos justificados estabelecidos nos estatutos;

SEXTO - For legalmente inibido de dispor e de administrar os seus bens;

SÉTIMO — Negociar com produtos, materiais, maquinas ou quaisquer mercadorias, que haja adquirido por intermédio da cooperativa;

OITAVO — Transferir para outros os beneficios que só aos sócios e lícito obter;

NONO - Infringir as disposições da lei, dos estatutos ou dos regulamentos da cooperativa ou que, pela sua má conduta, desenvolva uma actuação prejudicial a cooperativa;

DECIMO — Tiver sido declarado em estado de falência fraudulenta, for julgado insolvente ou obrigar a cooperativa a proceder judicialmente contra ele;

DÉCIMO PRIMEIRO — Tiver cometido crime ou acto infamante, que implique a suspensão de direitos civis, ou que, a maioria dos seus consócios, deixar de merecer a consideração que e devida aos indivíduos honestos e probos;

DECIMO SEGUNDO — Propositadamente prestar falsas declarações os corpos sociais ou empregados, com o sentido de se beneficiar ou beneficiar outros, estranhos ou não à cooperativa, com prejuízo desta ou dos seus sócios.

PARAGRAFO ÚNICO - A causa da exclusão indicada no número sexto deste artigo, não funcionará quando o representante legal do sócio inibido solicite à associação que Se mantenha a inscrição e declare que se responsabiliza pelo cumprimento das obrigações que os estatutos impõe aos associados.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO — O pedido de demissão será apresentado por escrito, em duplicado, ao presidente da Direcção, o qual passará recibo em um dos exemplares, que devolverá imediatamente ao apresentante e fará registar o pedido no livro competente.

PARAGRAFO ÚNICO — O associado que pedir a demissão perde todos os direitos de associado no último dia do mês que estiver decorrendo.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO — No caso do falecimento de um associado os herdeiros são obrigados a pagar as quantias por ele devidas à associação e tem direito:

PRIMEIRO — A receber as quantias que a cooperativa lhe estivesse devendo;

SEGUNDO — A receber o bónus que lhe devia pertencer;

TERCEIRO — Ao reembolso de todas as acções, pelo valor do último balanço, mas por quantia não superior a nominal;

QUARTO — Ao dividendo que lhe corresponda calculado ate à data em que sejam liquidadas as contas.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO — A liquidação de contas com o associado, que livremente se demita ou seja excluído, far-se-á conforme o estatuto no artigo anterior, perdendo o associado, porem, todo o direito ao bónus e dividendo relativos ao ano em que se demita.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO — As infracções cometidas pelos associados contra o disposto na lei e nestes estatutos, contra as deliberações da assembleia geral e as determinações da direcção, dentro dos limites da competência desta, serão punidas, consoante a sua gravidade, pela forma seguinte:

PRIMEIRO — Censura;

SEGUNDO — Multa de cinco a quinhentos escudos;

TERCEIRO — Suspensão dos direitos e benefícios atribuídos aos associados, por período não superior a um ano;

QUARTO - Exclusão, nos termos do artigo decimo segundo;

PARAGRAFO ÚNICO — A pena prevista no numero terceiro pode ser prolongada, no caso de ter sido aplicada por falta de pagamento de prestações de capital ou de outras importâncias, devidas as cooperativas, enquanto o pagamento não se efectuar.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO — A aplicação de sanções aos associados e da competência da direcção.

ARTIGO DÉCIMO 011 AVO — A nenhum associado poderão ser aplicadas sanções sem que o mesmo tenha sido previamente ouvido pela direcção, cabendo-lhe ainda o direito de recorrer das decisões desta para a assembleia geral.

PARAGRAFO PRIMEIRO — O recurso a que se refere o presente artigo será interposto no prazo máximo de oito dias, contados da data em que ao associado for comunicada a penalidade imposta.

PARAGRAFO SEGUNDO — Julgado o recurso, a decisão será logo comunicada e registada no livro competente.

CAPITULO TERCEIRO

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS ASSOCIADOS

ARTIGO DÉCIMO NONO — Os associados da cooperativa tem direito:

Alínea a) — A gozar das vantagens e benefícios que a cooperativa possa alcançar pelo legítimo exercício das suas atribuições e poderes;

Alínea b) — A tomar parte na assembleia geral, a discutir as questões que a mesma sejam submetidas e a Votar de harmonia com os preceitos estatutários;

Alínea C) — A propor o que julgar útil aos interesses da cooperativa;

Alínea d) — A reclamar perante a assembleia geral e, na falta de resolução desta, perante a direcção-geral dos Serviços Agrícolas contra as infracções das disposições legais e estatutárias que sejam cometidas quer pelos corpos gerentes, quer por algum ou alguns dos associados;

Alínea e) — A requerer, conforme o disposto na lei e nestes estatutos, ao presidente da assembleia geral, a convocação da mesma e, quando esta não seja feita no devido prazo, a requerê-la ao juiz do tribunal da respectiva comarca para que a ordene nos termos legais;

Alínea f) — A examinar a escrituração e contas da cooperativa nas épocas e nas condições que estes estatutos e a lei lhes permitam;

Alínea g) — A reclamar para a direcção contra qualquer acto irregular cometido por empregado ou associado da cooperativa;

Alínea h) — A recusar a sua nomeação para os cargos sociais sempre que provem:

PRIMEIRO — Residência habitual fora da circunscrição da cooperativa

SEGUNDO - Motivo forte e atentível de saúde, reconhecido pela assembleia geral, pela direcção ou comprovador por atestado médico;

TERCEIRO - Ausências habituais e suficientemente demoradas que os impossibilitem de bem desempenhar os cargos para que foram eleitos;

QUARTO— Idade superior a sessenta anos

Alínea i) — A demitir-se em qualquer data, depois de liquidadas todas as suas dividas a associação, mantendo-se a sua responsabilidade pelas operações sociais anteriores a sua demissão, ate a importância do valor das acções que possuírem;

Alínea j) — A submeter a arbitragem da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, quando não o possam sei resolvidos pela assembleia geral, os conflitos suscitados entre eles e os corpos gerentes, devido a razões respeitantes ao funcionamento da cooperativa, mas não previstas nos estatutos, quando não envolvam actos puníveis pelas leis ou para cuja resolução se não torne necessária a intervenção judicial;

Alínea l) — A adquirir por intermédio da cooperativa a tudo que seja necessário para a sua exploração agrícola e pecuária, e a requisitar à cooperativa para consumo da sua casa agrícola os produtos, por ela fabricados, que lhe forem indispensáveis;

Alínea m) — A solicitar da direcção instruções sobre a exploração agrícola e pecuária;

Alínea n) — A receber o saldo das suas contas, os dividendos correspondentes aos títulos que possuírem e os bónus segundo a proporção do valor dos produtos fornecidos à cooperativa e dos adquiridos por seu intermédio;

Alínea o) — A entregar à cooperativa todos os produtos obtidos da sua produção que forem objecto das actividades em que estejam inscritos;

Alínea p) — A votar e a ser votados para os cargos da cooperativa;

Alínea q) - A visitar sempre que queiram, dentro das horas de serviço, mas sem prejuízo deste, todas as instalações e dependências da cooperativa;

Alínea r) - A ser reembolsado da importância das suas acções, nas condições preceituadas nos estatutos;

Alínea s) — A receber a parte que lhes caiba no saldo da liquidação, se a cooperativa for dissolvida.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não são elegíveis para os cargos da cooperativa os sócios que não souberem ler, escrever e contar, os de menor idade e os que se encontrem inscritos ao abrigo do parágrafo único do artigo décimo segundo destes estatutos e os abrangidos por disposições estabelecidas ou a estabelecer na lei.

ARTIGO VIGÉSIMO — Os associados são obrigados:

Alínea a) — A subscrever, pelo menos, o número de acções da cooperativa a que se refere a alínea e) do artigo quinto destes estatutos;

Alínea b) — A entregar à cooperativa, nos locais e nas condições por esta estabelecidos, os produtos da sua exploração destinados à preparação ou à venda, com excepção dos que lhe foram necessários para o consumo da sua casa agrícola;

Alínea c) — A desempenhar gratuitamente os cargos para que foram eleitos, salvo nos casos de impedimento ou dispensa previstos nos presentes estatutos;

Alínea d) — A acatar, cumprir rigorosamente e fiscalizar o cumprimento da lei, dos estatutos, do regulamento interno, das determinações da direcção e das instruções estabelecidas pela Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, relativas à exploração agrícola e pecuária, participando à direcção todas as infracções de que tenham conhecimento, principalmente as que afectam a responsabilidade colectiva, da cooperativa ou ponham em risco os interesses dos associados;

Alínea e) — A prestar com fidelidade, verbalmente ou por escrito, todos os esclarecimentos pedidos pela direcção para cumprimento dos seus deveres sociais;

Alínea f) - A vender à cooperativa todo ou parte do excedente das suas acções, além do mínimo indicado na alínea a) do presente artigo, quando a assembleia geral o delibere por proposta da direcção, competindo ao associado os dividendos que lhe caibam até ao dia em que se efectivar a venda;

Alínea g) — Ao pagamento da percentagem fixada pela cooperativa sobre cada uma das operações realizadas pela mesma e por eles utilizada;

Alínea h) — A concorrer por todas as formas ao seu alcance para o bom nome e para o máximo de efeitos úteis da cooperativa, fazendo a propaganda das suas vantagens e benefícios;

Alínea i) — A suportar os prejuízos da cooperativa quando os haja, nos termos do artigo quinquagésimo primeiro.

CAPÍTULO QUARTO

DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO — A assembleia geral quando constituída, representa a totalidade dos associados, sendo as suas decisões obrigatórias para todos; reúne ordinariamente até ao fim do mês de Março para apreciar o relatório e contas da direcção e o parecer do conselho fiscal e para proceder à eleição dos corpos gerentes nos anos em que ela haja de ter lugar, e reúne extraordinariamente:

Alínea a) — Por iniciativa do presidente;

Alínea b) — A pedido da direcção ou do conselho fiscal; Alínea c) — A requerimento de associados que representem, pelo menos, um vigésimo do capital subscrito e cujo número não seja inferior a um quinto da totalidade;

Alínea d) - Nos casos previstos noutras disposições destes estatutos.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO — Cada associado terá um só voto, e não poderá representar na assembleia geral mais de um associado.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os poderes para esta representação serão dados em procuração feita perante notário ou em escrito particular com a assinatura reconhecida também no notário, ou autenticada por qualquer dos membros da direcção ou do conselho fiscal.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO — A assembleia geral será convocada pelo presidente com pelo menos quinze dias de antecedência, indicando sempre o assunto a tratar.

PARAGRAFO PRIMEIRO — Quando a convocação da assembleia geral for pedida ou requerida com fundamento em qualquer das disposições destes estatutos, e essa convocação se não fizer dentro de oito dias, contados da data da entrega do pedido ou requerimento na sede da cooperativa, será a convocação pedida ao juiz do competente tribunal, que a ordenará nos termos da lei.

PARAGRAFO SEGUNDO — O pedido ou requerimento para a convocação da assembleia geral extraordinária será apresentado em duplicado ao presidente da referida assembleia geral, sendo este qualquer directo ou empregado da cooperativa que o receber, obrigado a passar recibo da entrega no duplicado que devolverá imediatamente ao seu apresentante.

PARAGRAFO TERCEIRO — A convocação da assembleia geral será feita por anúncios publicados nos jornais da localidade ou por meio de avisos aos associados, expedidos com a devida antecedência, devendo sempre mencionar-se o assunto que a assembleia geral tem a apreciar.

PARÁGRAFO QUARTO — É nula a deliberação tomada sobre objecto estranho àquele para que a assembleia geral houver sido convocada e são proibidas discussões sobre assuntos alheios aos fins da cooperativa.

PARÁGRAFO QUINTO — As propostas para alteração dos estatutos ou dissolução da cooperativa só poderão ser submetidas à assembleia geral quando tenha sido comunicada à direcção quinze dias, pelo menos, antes da reunião da mesma assembleia.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO - A assembleia geral só ficará regularmente constituída quando estiverem presentes ou representados mais de metade dos associados ordinários.

PARAGRAFO ÚNICO - Quando pela primeira convocação estes não comparecerem em número suficiente, convocar-se-á imediatamente nova reunião que terá lugar dentro de trinta dias seguintes ao da primeira reunião, mas nunca antes de quinze, podendo então a assembleia geral deliberar validamente com qualquer número de associados.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO — As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes ou representados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Só os associados ordinários que estejam em pleno gozo dos seus direitos sociais têm direito a tomar parte na assembleia geral e a discutir e votar os assuntos submetidos à sua aprovação.

PARÁGRAFO SEGUNDO — As votações serão o braço levantado — quando a maioria da assembleia não resolver que se proceda de qualquer outra forma.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As eleições para os cargos da associação serão feitas por escrutínio secreto.

PARÁGRAFO QUARTO — As decisões sobre alterações dos estatutos ou dissolução da cooperativa só serão válidas quando tomadas por dois terços, pelo menos, dos associados presentes ou representados.

PARÁGRAFO QUINTO — Será lavrada acta de cada sessão da assembleia geral, assinada e rubricada pelos seus presidentes e secretários, onde se indicarão as resoluções tomadas e se declarará que os associados presentes à sessão constam do respectivo livro de presenças, fazendo-se contudo, menção do número de associados presentes.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO — Compete à assembleia geral:

PRIMEIRO — Discutir e votar o balanço, o relatório da direcção, o parecer do conselho fiscal e as contas da administração;

SEGUNDO — Eleger a sua mesa, os directores e os membros do conselho fiscal e, bem assim revogar os respectivos mandatos — quando o entenda conveniente;

TERCEIRO — Fixar as remunerações do pessoal contratado e dos membros da direcção quando for caso disso;

QUARTO — Discutir, apreciar e aprovar os regulamentos internos, as alterações dos estatutos e a dissolução da cooperativa, propostas pelos associados ou pela

direcção, bem assim, deliberar sobre os recursos e reclamações apresentados contra as resoluções da direcção ou sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O relatório anual, o balanço, o inventário, o processo do conselho fiscal e a lista dos associados com direito de voto estarão patentes ou serão distribuídos aos associados, com a antecedência mínima de quinze dias sobre a data em que deve ter lugar a reunião da assembleia geral.

PARAGRAFO SEGUNDO — A escrituração e os documentos relativos às operações sociais serão facultados ao exame dos associados, durante o prazo mencionado no parágrafo anterior.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO — A assembleia geral terá um presidente e dois secretários eleitos trienalmente pela mesma assembleia, sendo permitida a reeleição.

PARAGRAFO PRIMEIRO — No impedimento ou ausência do presidente, será a sessão aberta pelo presidente da direcção ou por quem as suas vezes fizer, procedendo-se desde logo a escolha de entre os associados presentes de um substituto.

PARAGRAFO SEGUNDO - No impedimento ou ausência dos secretários serão as respectivas funções desempenhadas pelos associados que forem escolhidos pelo presidente, de entre os que assistam à sessão.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO — As posses em todos os cargos sociais serão dadas pelo presidente da assembleia geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Os corpos de missionários continuarão sempre em exercício ate que a posse seja conferida aos novos corpos seu substitutos, cessando. a partir deste momento as responsabilidades daqueles, sem prejuízo do disposto no artigo centésimo nonagésimo do Código Comercial.

PARAGRAFO SEGUNDO — As sessões de posse serão obrigatoriamente assistidas pelos corpos cessantes que farão a entrega de todos os documentos, livros, inventários, arquivos e haveres da associação, e prestarão todos os esclarecimentos precisos por forma a não sofrer interrupção ou prejuízo o funcionamento da cooperativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Estas sessões conjuntas podem repetir-se a convite dos antigos ou novos corpos gerentes ate à completa instrução destes.

CAPITULO QUINTO

DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA

ARTIGO VIGÉSIMO NONO — Os corpos gerentes da cooperativa são a direcção e o conselho fiscal.

SECÇÃO PRIMEIRA — DA DIRECÇÃO

ARTIGO TRIGÉSIMO — A direcção será composta de três directores efectivos e três substitutos, eleitos de entre os associados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não poderão exercer conjuntamente as funções de directores da cooperativa os indivíduos que tiverem entre si parentesco até ao segundo grau, segundo o direito civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Se a eleição recair em indivíduos nestas condições, preferirá o que tiver sido mais votado e, em igualdade de votos, o que tiver já exercido o cargo de director da cooperativa e, na falta destas condições, o que for mais velho.

PARÁGRAFO TERCEIRO — A eleição dos directores será feita trienalmente, sem prejuízo de revogabilidade de mandato, sendo, porém, permitida a reeleição.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO — As funções de director serão exercidas gratuita ou remuneradamente, segundo deliberação da assembleia geral.

PARÁGRAFO ÚNICO — A direcção compor-se-á de indivíduos maiores, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos e será constituída por cidadãos portugueses.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO — Os directores distribuirão entre si, na sua primeira reunião para o período da sua gerência, os lugares de presidente, secretário e tesoureiro.

PARAGRAFO PRIMEIRO — Os directores substitutos são chamados a substituir os efectivos na falta ou impedimento destes pela ordem do número de votos por que torem eleitos e, em igualdade de circunstâncias, preferem os mais velhos.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Na falta ou impedimento dos substitutos, serão chamados a exercício os membros das anteriores direcções, a começar pelos mais modernos, preferindo entre eles os mais votados e, entre os de igual votação, os mais velhos.

PARAGRAFO TERCEIRO — Se não for possível completar a direcção pelos modos indicados nos parágrafos primeiro e segundo, será convocada a assembleia geral para, em sessão extraordinária, promover a substituição dos membros dos corpos gerentes falecidos, ausentes ou impedidos.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO — A direcção terá uma sessão ordinária em cada quinzena e, alínea desta, as sessões extraordinárias para que for convocada pelo respectivo presidente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Os dias das sessões ordinárias serão fixados pela direcção na primeira sessão de cada ano e a convocação para as sessões extraordinárias terá lugar por meio de aviso em que se indicará o dia, hora de reunião e o assunto a tratar e, so excepcionalmente, as sessões poderão ter lugar fora da sede da cooperativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Será lavrada acta e cada sessão da direcção na qual se indicarão os nomes dos directores presentes e as deliberações tomadas. As actas serão assinadas pelos directores presentes à sessão.

PARÁGRAFO TERCEIRO — As sessões da direcção só se consideram em funcionamento legal quando estiver presente a maioria dos seus membros.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO — Os directores respondem pessoal e solidariamente para com a associação e para com terceiros pela inexecução do mandato e pela violação dos estatutos e preceitos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO — Desta responsabilidade estão isentos não só os que não tomaram parte na respectiva resolução, como também os que tiverem emitido voto contrário.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO — Compete à direcção:

Alínea a) — Representar a cooperativa em juízo ou fora dele;

Alínea b) — Cumprir rigorosamente o preceituado nos estatutos e regulamentos em vigor;

Alínea e) - Administrar superiormente todos os negócios da cooperativa, tendo sempre em vista os legítimos interesses desta e dos associados;

Alínea d) — Vender acções aos associados pelo seu valor nominal e pelo mesmo valor resgatá-las quando seja necessário ou se julgue conveniente, procedendo sempre por forma que o capital nunca fique inferior ao preceituado no artigo quadragésimo terceiro;

Alínea e) — Admitir os associados, conceder-lhes a demissão, demiti-los ou excluí-los, aplicando aos delituosos as penalidades legais

Alínea f) — Proceder, na liquidação de contas com os sócios saídos da cooperativa, em virtude do artigo décimo primeiro, por forma que ele seja feita o mais rapidamente possível, mas demorando-a sempre o tempo preciso para que seja mantido o limite mínimo de capital social da cooperativa;

Alínea g) — Vigiar o comportamento dos associados nas suas relações com a cooperativa, procedendo com eles como for de justiça, por forma a evitar prejuízos àqueles e a esta;

Alínea h) — Pagar aos associados os produtos por eles fornecidos, segundo a sua qualidades, logo que as circunstâncias o permitam;

Alínea i) — Arrendar propriedades necessárias à instalação da sua sede, armazéns e depósitos, sempre que se tomem indispensáveis; adquirir máquinas, ferramentas, meios de transporte, livros, móveis e tudo o que seja preciso para o bom funcionamento da associação e, ainda, vender destes objectos os que não convenham ou se tornem dispensáveis;

Alínea j) — Adquirir, construir e vender imóveis, quando autorizada pela assembleia geral;

Alínea l) — Ter toda a escrituração devidamente montada e todos os documentos arquivados;

Alínea m) — Franquear os referidos documentos e a escrituração não só ao conselho fiscal como a qualquer associado, nos termos destes estatutos;

Alínea n) — Nomear os empregados necessários ao serviço geral da cooperativa, fixar-lhes as atribuições e cauções quando precisas, suspendê-los, demiti-los ou processá-los;

Alínea o) — Elaborar e submeter à assembleia geral os regulamentos julgados necessários e vigiar o seu cumprimento depois de aprovados;

Alínea p) — elaborar e assinar os balancetes trimestrais das contas da cooperativa, apresentá-las ao conselho fiscal e enviar cópias à Direcção Geral dos Serviços Agrícolas;

Alínea q) — Elaborar, assinar e apresentar ao conselho fiscal e, em seguida, submeter à apreciação e julgamento da assembleia geral, na sua reunião ordinária:

PRIMEIRO — O inventário e o balanço;

SEGUNDO — O desenvolvimento da conta ganhos e perdas;

TERCEIRO — O relatório anual da gerência;

QUARTO - A proposta da distribuição de resultados;

Alínea r) — Elaborar e apresentar à assembleia geral quaisquer outras propostas de reconhecida utilidade;

Alínea s) — Receber as reclamações ou queixas dos associados, atendê-las e dar-lhes o devido andamento no mais curto prazo possível;

Alínea t) — Fixar as condições e preços de compra ou venda dos produtos da cooperativa, sempre que não estejam estabelecidos legalmente;

Alínea u) — Assinar os contratos, escrituras, arrendamentos, acções e o mais que preciso for;

Alínea v) - Recorrer para a assembleia geral ou para quem de direito, sempre que se torne necessário;

PARÁGRAFO ÚNICO - Em igualdade de condições e sempre que disso não resulte prejuízo, serão preferidos para os cargos remunerados da cooperativa os sócios desta;

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO — Compete ao director presidente:

PRIMEIRO - Convocar, presidir e dirigir as sessões da direcção;

SEGUNDO — Assinar as actas, balancetes, balanços, relatórios, livros, correspondência e tudo que careça da sua assinatura;

TERCEIRO:— Dirigir e vigiar todos os serviços da cooperativa e seus empregados;

QUARTO — Autorizar os pagamentos e assinar as ordens respectivas bem como as guias de receita;

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO — Compete ao secretário da direcção:

PRIMEIRO — Redigir, lavar e assinar as actas das sessões;

SEGUNDO - Verificar e assinar os documentos de despesa e receita;

TERCEIRO - Elaborar os relatórios dos actos da direcção, a julgar pela assembleia geral;

QUARTO — Avisar os membros do conselho fiscal das reuniões da direcção;

QUINTO — Fiscalizar os serviços da cooperativa, em especial os que competem ao pessoal de escritório;

SEXTO — Fazer a escrituração e correspondência da associação quando não haja empregados;

SÉTIMO — Elaborar para cada sessão da assembleia geral, uma relação dos nomes dos associados com discriminação do número de votos de que cada um dispõe e dos direitos que lhes cabem.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO — Compete ao tesoureiro da direcção:

PRIMEIRO — Arrecadar e ter sob a sua responsabilidade os fundos da cooperativa;

SEGUNDO — Cobrar as receitas acompanhadas das respectivas guias de entrada e passar os recibos a elas referentes;

TERCEIRO — Satisfazer, também mediante recibo, as ordens de pagamento autorizadas pela direcção;

QUARTO — Promover a cobrança dos créditos e prestar contas à direcção, sempre que lhe sejam pedidas;

QUINTO — Depositar os fundos da cooperativa em Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ou Caixa Económica ou qualquer outro estabelecimento de crédito, por força das operações em que tenha de intervir, conforme for resolvido pela direcção, por conta e ordem da cooperativa.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO — A direcção poderá delegar no seu presidente todas as suas atribuições, devendo este prestar contas dos seus actos nas reuniões ordinárias ou extraordinárias para este fim convocadas.

PARÁGRAFO ÚNICO — Para obrigar a cooperativa são, porém, sempre necessárias as assinaturas de dois dos seus directores.

SECÇÃO SEGUNDA — DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO QUADRAGÉSIMO — O conselho fiscal compõe-se de três membros, eleitos na mesma data e pelo mesmo período de tempo por que o foram os directores, e será constituído por associados, todos

cidadãos portugueses, no gozo dos seus direitos civis e políticos, os quais servirão gratuitamente, podendo ser reeleitos.

PARAGRAFO PRIMEIRO — Na falta ou impedimento de qualquer dos membros do conselho fiscal, compete à mesa da assembleia geral fazer a nomeação dos substitutos, a qual vigorará até à primeira reunião da assembleia geral.

PARAGRAFO SEGUNDO — Na primeira reunião de cada ano o conselho fiscal escolherá, de entre os seus membros, o presidente.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO — São atribuições do conselho fiscal:

PRIMEIRO — Examinar, sempre que julgue conveniente e, pelo menos de três em três meses, a escrituração e o estado financeiro da cooperativa;

SEGUNDO — Assistir às sessões da direcção, sempre que dessa faculdade queira gozar, onde terá voto consultivo;

TERCEIRO — Verificar se os actos da direcção estão de harmonia com a lei e com os estatutos e se não são contrários aos interesses da cooperativa;

QUARTO — Requerer a convocação da assembleia geral quando julgue necessário;

QUINTO — Dar o seu parecer por escrito sobre balanço e contas anuais da associação;

SEXTO — Dar o seu parecer sobre todos os assuntos, quando para isso for consultado pela direcção.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO — O conselho fiscal tem uma sessão ordinária em cada trimestre e; ainda, as sessões extraordinárias para que for convocado pelo respectivo presidente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Os dias e horas das sessões ordinárias serão fixadas pelo conselho fiscal na primeira sessão de cada ano.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Será lavrada acta de cada sessão do conselho fiscal na qual se indicarão os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. As actas serão assinadas pelos membros do conselho fiscal presentes à sessão.

PARÁGRAFO TERCEIRO — As decisões do conselho fiscal serão tomadas por maioria.

CAPITULO SEXTO

DO CAPITAL SOCIAL

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO — O capital social mínimo e, inicialmente, atendendo aos empréstimos a contrair, de mil escudos, representado em acções de valor nominal de cem escudos e acha-se totalmente subscrito pelos associados fundadores.

No caso de serem insuficientes os fundos constituídos para o pagamento das amortizações anuais dos empréstimos concedidos à cooperativa, poderá esse capital ser aumentado anualmente, com aquele fim, mediante a emissão de novas acções a subscrever pelos associados, proporcionalmente à actividade por cada um exercida nesse ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Este capital poderá ser elevado uma ou mais vezes, por deliberação da assembleia geral, mediante a emissão de novas acções, as quais serão tomadas pelos associados existentes.

PARAGRAFO SEGUNDO — Poderá, também, fazer-se a emissão de acções, sempre que ela se torne necessária à admissão de novos associados.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO — As acções são nominativas com direito a um dividendo anual nunca superior a cinco por cento e podem ser pagas em duas prestações semestrais, sendo a primeira paga no acto da inscrição do associado. Não podem ser doadas ou vendidas senão à cooperativa ou aos

associados, sendo indispensável, nas vendas entre estes, o conhecimento e o consentimento da direcção, cabendo à cooperativa o direito de opção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO Só é permitida a transmissão de acções por sucessão legítima ou por disposição testamentária, assistindo sempre à cooperativa o direito de as resgatar por valor nunca superior ao da emissão, caso os novos possuidores não sejam, não queiram ou não possam ser associados.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Se os herdeiros forem, ou não sendo, quiserem e puderem ser associados da cooperativa e não pretenderem vender as acções herdadas, terão de as apresentar à direcção a fim de ficarem averbadas em seu nome.

PARÁGRAFO TERCEIRO — As acções dos associados que peçam a demissão ou que tenham de ser demitidos e, ainda, as dos que faleçam sem herdeiros, serão sempre resgatadas pela cooperativa, pelo valor do último balanço, mas nunca superior ao nominal.

PARÁGRAFO QUARTO — O pagamento do que for devido aos associados a que se refere o parágrafo anterior será feito segundo as possibilidades da associação.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO — O capital social é destinado às transacções normais da cooperativa.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO — Haverá um fundo de reserva geral destinado a fazer face a quaisquer saldos negativos ou despesas imprevistas da associação, devidos a causas legítimas, destinados à amortização dos encargos da cooperativa, a novas aquisições, à remodelação ou aperfeiçoamento das instalações existentes e a outros fins semelhantes.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO — Os saldos de exercício da cooperativa terão a seguinte aplicação:

Alínea a) — Pelo menos cinco por cento para fundo de reserva legal até completar um quinto do capital social mínimo; este fundo será reintegrado sempre que, por resolução da assembleia geral, se encontrar reduzido;

Alínea b) — Pelo menos quinze por cento para fundos de reserva especiais;

Alínea c) — Uma percentagem até cinco por cento, que a assembleia geral fixará, depois de deduzidos os descontos das alíneas a) e b), para remuneração do capital emitido;

Alínea d) — Uma percentagem, a fixar pela assembleia geral, destinada ao reembolso de acções, enquanto o valor total destas exceder o capital mínimo ou houver sócios com maior número de acções do que as fixadas na alínea c) do artigo quinto;

Alínea e) — O remanescente dos saldos de exercício será rateado, como bónus, pelos sócios, segundo o valor das operações realizadas por cada associado, durante o mesmo ano.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO — O reembolso das acções efectua-se por meio de sorteio de tantas acções quantas as computadas na importância apurada e fixada pela assembleia geral. O sorteio apenas respeita aos associados com maior número de acções do que as fixadas na alínea c) do artigo quinto.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO — O dia marcado para o sorteio será anunciado com oito dias de antecedência, sendo o mesmo feito em lugar público.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO — As acções limitam a responsabilidade dos associados nas operações e na administração da cooperativa.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO — Os

saldos negativos, quando os houver, serão rateados pelos associados na proporção das suas acções, tendo sempre em atenção o disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO SÉTIMO

DA DISSOLUÇÃO

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO — A dissolução da cooperativa nunca poderá ser votada enquanto houver dez associados que, em declaração escrita e por todos assinada, se oponham à dissolução e comprometam a manter a associação.

PARÁGRAFO ÚNICO — Esta declaração pode ser entregue à assembleia geral reunida para votar a dissolução, ou à direcção ou conselho fiscal, no prazo de quinze dias a contar do dia em que for votada.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO — A assembleia geral destinada à dissolução da cooperativa nunca poderá funcionar sem a presença ou a representação de, pelo menos, dois terços dos associados com direito a voto. A acta desta sessão terá de ser assinada por todos os associados presentes e representantes dos ausentes com voto e no gozo dos seus direitos sociais e civis.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUARTO — A assembleia geral que votar a dissolução nomeará imediatamente os liquidatários e determinará a forma de proceder à liquidação bem como o prazo para a concluir.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUINTO — O saído da liquidação, depois de pago todo o passivo, será partilhado pelos associados na proporção das suas acções.

CAPÍTULO OITAVO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEXTO — O ano social coincidirá com o ano civil.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO — A direcção da cooperativa fixará anualmente e cobrará dos seus associados, nas condições do regulamento interno, as importâncias em dinheiro ou em espécie (maquia) julgadas necessárias para a realização dos fins que lhe estão atribuídos e, ainda, para cobrir as despesas de administração e funcionamento, as quais constituirão receita da cooperativa.

PARAGRAFO PRIMEIRO — Estas importâncias serão pagas por todos os associados, proporcionalmente à sua utilização dos serviços da cooperativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O valor da venda dos produtos dos associados, ou o próprio produto já elaborado, depois de deduzidas as importâncias às quais

se refere este artigo, será distribuído pelo menos, porcionalmente à quantidade e ao valor médio, por classes, dos referidos produtos, entregues por cada um.

PARÁGRAFO TERCEIRO — O excedente da cobrança sobre as despesas realizadas, depois de retiradas as importâncias necessárias para a amortização de móveis, máquinas e alfaias, constituirá saldo da cooperativa.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO OITAVO — A cooperativa poderá, quando para isso tiver disponibilidades, adiantar aos associados, como antecipação do pagamento dos produtos fornecidos, até à importância de cinquenta por cento do respectivo valor.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO NONO — Nos quinze dias subsequentes à apresentação, por parte da direcção, dos documentos a que se refere a alínea q) do artigo trigésimo quinto, deverá o conselho fiscal formular o seu parecer por escrito. Terminado este prazo estarão no escritório da cooperativa patentes, por outros quinze dias, os mesmos documentos e bem assim, a lista dos associados que devem constituir a assembleia geral. Só depois de findos os prazos fixados neste artigo e de satisfeitos os termos nele prescritos, serão os mesmos documentos submetidos à deliberação da assembleia geral. Da deliberação da assembleia geral será dado conhecimento à Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas.

ARTIGO SEXAGÉSIMO — Os subsídios que a cooperativa venha a receber nunca poderão ser distribuídos pelos associados e, em caso de dissolução da associação serão devolvidos às entidades que os concederam.

ARTIGO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO — Para o primeiro período da gerência que termina o seu mandato em trinta e um de Dezembro de mil novecentos setenta e nove, são nomeados para a direcção, conselho fiscal e da assembleia geral os associados seguintes:

PARA A DIRECÇÃO:

EFFECTIVOS

Presidente — António Augusto da Rosa

Secretário — Manuel Eduardo Vieira Soares

Tesoureiro — Herberto Maciel da Silveira Rodrigues

SUBSTITUTOS

António Avelino Correia

Eduardo Silveira Pires

Teófilo Manuel Silva Pinto

PARA O CONSELHO FISCAL

Presidente — José Humberto Ferreira

Primeiro Secretário — Manuel Augusto Ferreira

Segundo Secretário — António Cândido Escolar

PARA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Mário da Silveira Rodrigues

Primeiro Secretário — Manuel Dutra Caldeira

Segundo Secretário — Manuel Vieira Soares júnior.

Deste título se lavraram três exemplares que vão por todos assinados, depois de haverem sido, na sua presença lidos em voz alta e confrontados.

António Augusto da Rosa

Manuel Eduardo Vieira Soares

Herberto Maciel da Silveira Rodrigues

António Avelino Correia

José Humberto Ferreira

Manuel Augusto Ferreira

António Cândido Escobar

(Assinatura ilegível)

Manuel Vieira Soares Júnior

Manuel Dutra Caldeira

José Alberto da Rosa

Eduviger Bulcão Duarte

Certifico que o presente título da Associação Agrícola que revestirá a forma de Sociedade Cooperativa Agrícola que revestirá a forma de Sociedade Cooperativa Agrícola de Responsabilidade Limitada e que adoptará a denominação de Campo Verde — Cooperativa de Produção e Comercialização Agro-Pecuária seguida das. Palavras Sociedade Cooperativa Anónima de Responsabilidade Limitada ou das iniciais sede e estabelecimento principal - Cidade da Horta ficando a sua área limitada ao concelho da Horta, Ilha do Faial, foi lavrada em triplicado e assinado na minha presença por todos os sócios fundadores e testemunhas.

Cartório Notarial da Horta, aos trinta de Novembro de mil novecentos e setenta e oito.

A Notária;

Wanda Maria Coutinho Morais Silva